

CABO VERDE E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: UMA NOVA ARQUITETURA DE DEFESA BRASILEIRA NO GOLFO DA GUINÉ?

ALEXANDRE ROCHA VIOLANTE

alexandreviolante@id.uff.br

Capitão de Mar e Guerra. Coordenador Executivo do Centro de Estudos Estratégicos e Planejamento Espacial Marinho (CEDEPEM, Brasil). Professor Colaborador de Relações Internacionais do Instituto de Estudos Estratégicos (INEST) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Instrutor de Relações Internacionais da Escola de Guerra Naval (EGN). Doutorando (2019-) e Mestre em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança pela UFF. Mestre em Ciências Navais e Especialista em Gestão Empresarial pela EGN/Instituto COPPEAD/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2013. Especialista em Relações Internacionais pela PUC-RJ, em 2012. Especialista em Direito Internacional pela Universidade Cândido Mendes - RJ (2011). Estuda as políticas relacionadas ao mar, mais especificamente aquelas ligadas ao Atlântico.

Resumo

O Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe são Estados que, com o depósito do 60º Estado à Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar, em 16 de novembro de 1994, obtiveram maiores jurisdições sobre "seus oceanos". Esses acréscimos, apenas em suas Zonas Econômicas Exclusivas, alcançaram cerca de 182% para Cabo Verde e 160%, para São Tomé e Príncipe, em relação a suas jurisdições terrestres. Suas localizações, em áreas de elevada relevância geopolítica, na confluência de linhas de comunicações marítimas do Atlântico e próximas ao Golfo da Guiné, acabam por suscitar "novas" e tradicionais ameaças. Assim, por meio de aspectos caros aos estudos estratégicos, na busca por maior indução de segurança na região, este artigo procurou analisar as relações bilaterais e multilaterais do Brasil e de outros atores relevantes com estes Estados na área da defesa. Percebeu-se que ações mais assertivas por parte do Brasil, nas duas últimas décadas, proporcionaram a criação de uma arquitetura de defesa, composta por Adidâncias, Grupos de Apoio Técnico e Núcleos de Missões Navais. Por fim, constatou-se que o Brasil tornou-se um ator de relevância relativa na segurança marítima da região, ante a presença de outros Estados relevantes na região, como China, EUA, Índia, Espanha e Portugal, entre outros.

Palavras-chave

Brasil, Cabo Verde, Cooperação, São Tomé e Príncipe, Segurança e Defesa.

Como citar este artigo

Violante, Alexandre Rocha (2021). Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: uma nova arquitetura de defesa brasileira no Golfo da Guiné? In Janus.net, e-journal of international relations. Vol. 12, Nº 2, Novembro 2021-Abril 2022. Consultado [em linha] em data da última consulta, <https://doi.org/10.26619/1647-7251.12.2>

Artigo recebido em 27 Fevereiro 2021 e aceite para publicação em 8 Abril 2021





CABO VERDE E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: UMA NOVA ARQUITETURA DE DEFESA BRASILEIRA NO GOLFO DA GUINÉ?¹

ALEXANDRE ROCHA VIOLANTE

Introdução

O Golfo da Guiné se localiza na costa ocidental africana, limitada pela linha do Equador e pelo meridiano de Greenwich. Portanto, não se limita apenas a Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, abrangendo, além de mais outros 15 Estados: Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné, Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benim, Camarões, Guiné Equatorial, Gabão e República do Congo².

Há diversos países com projeções de hegemonia na região, como Angola e Nigéria. Em outro nível, pode-se apontar também uma nova zona de disputa de influência que envolve os EUA, a China e UE na busca incessante por recursos naturais e, de outro lado, o Brasil na busca de maior liderança política em seu entorno estratégico (Nascimento, 2011).

A pesquisa justifica-se pela importância cada vez maior do Atlântico Sul, principalmente do Golfo da Guiné, na geoestratégia dos principais atores do sistema internacional, aqui representados por Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Estes se localizam na confluência de Linhas de Comunicações Marítimas do Atlântico e em áreas jurisdicionais privilegiadas por recursos vivos e não vivos, estando bastante suscetíveis a ilícitos transnacionais, como pirataria, terrorismo, tráfico humano e drogas, comumente chamados de “novas ameaças”, sem se esquecer das ameaças tradicionais (estatais).

Estes Estados pertencem aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), apresentando características similares derivados de suas histórias, como a colonização, independência e pós-independência, e distinguem-se por suas escolhas políticas e níveis de desenvolvimento.

¹ Este artigo é uma extensão da pesquisa realizada pelo autor no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança (PPGEST) no Instituto de Estudos Estratégicos (INEST) da Universidade Federal Fluminense (UFF), e que tem continuidade, atualmente, em Doutorado na mesma instituição.

² Convém ressaltar que foram incluídos Estados que, se não são banhados diretamente pelas águas do Golfo, encontram-se em seu entorno estratégico, seja por ações políticas de cooperação nas mais diversas áreas, como por outros interesses regionais.



Suas soberanias marítimas aumentaram com a entrada em vigor da CNUDM, em 1994. O Quadro 1, a seguir, apresenta os territórios marítimos desses países em comparação a sua porção terrestre.

Quadro 1: ZEE, Territórios, Fator Mar/Terra

País	ZEE (km ²)	Território ZEE (km ²)	Fator Mar/Terra
Brasil	3.500.000	8.500.000	0,43
Cabo Verde	734.265	4.033	182,06
São Tomé e Príncipe	160.000	1.001	159,84

Fonte: Atualizado pelo autor. CNUDM

Cabo Verde e São Tomé e Príncipe passaram a ter ZEE extensas, em que há boas perspectivas de possuírem grandes reservas de hidrocarbonetos e outros minérios, além de recursos vivos. Observando-se a geografia mais específica do Golfo da Guiné, percebe-se uma área estratégica ao comércio marítimo internacional, já que não há qualquer ponto de estrangulamento na região que propicie grandes concentrações de navios ou possíveis bloqueios em áreas de grande trânsito de embarcações, como no Estreito de Malaca e no Canal de Suez.

Desde a década de 2010, tem-se percebido um acréscimo nas ações de pirataria em África. Se até pouco tempo as ações restringiam-se ao seu litoral oriental, sobretudo nas cercanias marítimas da Somália, agora estas avançam na parte ocidental, ameaçando, inclusive, as águas jurisdicionais de Cabo Verde, mais ao norte, na chamada "Bacia do Atlântico". Essas "novas ameaças" propiciam interesse e atenção de atores extrarregionais e, também, do Brasil. Muitos ilícitos transnacionais já se encontram presentes nas proximidades e na Amazônia azul³, como pesca ilegal, tráfico de drogas e armas, contrabando e descaminho.

Como problematização da pesquisa, tem-se que as novas ameaças e as ameaças tradicionais (estatais) – como, por exemplo, os interesses de potências extrarregionais que podem divergir das necessidades e dos objetivos políticos dos Estados da região – podem relativizar suas soberanias marítimas, por meio da securitização⁴ desses espaços marinhos em prol da segurança internacional. Assim, entende-se que a segurança e a defesa dessas águas jurisdicionais torna-se cada vez mais prioridade, o que requer o fortalecimento não apenas do *soft*, mas, principalmente, do *hard power* militar dos Estados do Golfo da Guiné, em ações de vigilância e patrulha marítima.

Portanto, esse trabalho, visando solucionar o problema apresentado nos parágrafos anteriores, quanto à segurança marítima na geoestratégia do Golfo da Guiné, teve como objetivo principal analisar as relações bilaterais e multilaterais do Brasil na área da defesa, além de outros atores relevantes.

Por meio de análises qualitativas, baseadas no método histórico e descritivo, e do uso da

³ A Amazônia Azul é representada pelas áreas marinhas sob soberania ou jurisdição nacional, suas águas interiores, seu Mar Territorial (MT) de 12MN, sua Zona Contígua (ZC) de mais 12MN, sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE) de 188MN e sua Plataforma Continental (PC) de 200MN, que pode se estender por mais 150MN, que correspondem, atualmente a aproximadamente 5.7 milhões de km².

⁴ Pode-se dizer que o processo de "não politizado para politizado", até que este se transforme em ameaça à segurança nacional, regional e internacional requer ações públicas que se caracterizam como securitização (Violante, 2017).



metodologia de Estudo de caso (que envolveu o Brasil e esses dois Estados africanos), percebeu-se a criação de uma arquitetura de defesa brasileira nesses Estados, visando incrementar a indução de segurança na geoestratégia do Golfo da Guiné. Essa arquitetura pode se tornar um modelo a ser expandido (caso solicitado), como política cooperativa ao incremento do *hard power* militar aos Estados do Golfo da Guiné – caso por eles solicitado.

1. Cooperação em defesa com Cabo Verde: Brasil e outros atores de relevância

Cabo Verde possui muitas similaridades com o Brasil. Algumas delas são citadas no poema “Você: Brasil” do poeta cabo-verdiano Jorge Vera-Cruz Barbosa⁵.

*Eu gosto de você, Brasil,
porque você é parecido com a minha terra.
Eu bem sei que você é um mundão
e que a minha terra são
dez ilhas perdidas no Atlântico,
sem nenhuma importância no mapa.
Eu já ouvi falar de suas cidades:
A maravilha do Rio de Janeiro,
São Paulo dinâmico, Pernambuco, Bahia de Todos-os-Santos.
Ao passo que as daqui
Não passam de três pequenas cidades.
Eu sei tudo isso perfeitamente bem,
mas você é parecido com a minha terra.*

Breve Histórico

Cabo Verde possui uma área terrestre de 4.033 km², um perímetro de costa marítima de 965 km e uma ZEE de 734.265 km². A maior parte da população, cerca de 530 mil habitantes, se localiza nas ilhas de Santiago e São Vicente (as principais do país). Em Santiago, encontra-se a principal cidade, Praia, capital, sede do governo e das representações diplomáticas estrangeiras, com aproximadamente 135 mil habitantes; na ilha de São Vicente, encontra-se Mindelo, segunda maior cidade com cerca de 75 mil habitantes.

Os exploradores portugueses descobriram e colonizaram essas 10 ilhas no século XV, então desabitadas. Em 1475, o arquipélago foi visto como o primeiro assentamento europeu nos trópicos. A partir do século XVI, precisamente em 1507, as ilhas passaram a servir como entreposto de escravos trazidos de outros países africanos, o que gerou uma Nação multicultural, influenciando seu povoamento (Foy, 1998).

Com o passar do tempo, a Ilha de Santiago tornou-se o centro político, administrativo e econômico da colônia. O tráfico de escravos acabou por estruturar sócio e

⁵ Poema Você Brasil. Disponível em: <http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_africana/cabo_verde/jorge_barbosa.html>. Acesso em: 26 mai. 2020.



economicamente Cabo Verde, o que determinou a hegemonia econômica de uma elite branca, que acabou por difundir, em que pese a perversidade da escravidão, novos conhecimentos, tecnologias e culturas (Davidson, 1988 *apud* Madeira, 2014).

Como resultado da miscigenação entre o europeu e o africano, o mestiço assumiu papel importante na divulgação e afirmação da identidade cultural cabo-verdiana, especialmente com o abandono sistemático dos colonos europeus no século XIX. Os mestiços mudaram a estrutura de desigualdade racial existente (Seibert, 2014). Essa ascensão social afirmou a identidade cultural dos “filhos da terra”, principalmente após a abolição da escravatura em 1876. Dessa forma, a sociedade passou a se dividir mais pelos aspectos econômicos do que pelos sociais.

O novo período de colonização português, ocorrido com a introdução da cultura do *plantation*, em meados do século XVIII, não alcançou Cabo Verde. A seca constante, a escassez de água e o solo árido não forneciam condições necessárias para esta nova exploração comercial. O contínuo abandono das ilhas e a falta de investimentos geraram insatisfação social e má distribuição de renda na elite local. Assim, no século XX, formaram-se sindicatos e associações setoriais favoráveis à modernização, liberalização e à relativa autonomia político-administrativa de Portugal (Violante, 2017).

A partir daí, ocorreram movimentos políticos clandestinos nas ilhas. Talvez o principal tenha sido o movimento integrado pró-independência na Guiné-Bissau e em Cabo Verde, sob as lideranças de Amílcar Cabral, Aristides Pereira e Luis Cabral. Tal fato resultou na criação do Partido Africano para a Independência (PAI) em 1956, mais tarde denominado Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Este partido tinha como diretriz básica a “reafricanização” das duas Nações, ante os movimentos de assimilação cultural que sofreram (Rizzi, 2012).

Após a independência da Guiné Portuguesa, ocorrida de forma unilateral em 24/09/1973, quando passou a se chamar Guiné-Bissau, a Revolução dos Cravos, que derrubou a ditadura de Salazar em 25/04/1974, contribuiu para a aceleração dos processos de independência das demais colônias portuguesas, o que beneficiou as negociações de Cabo Verde empreendidas no exterior (Rizzi, 2012). Fazendo uma analogia com a independência do Brasil, em Cabo Verde perceberam-se movimentos políticos relevantes que pressionaram o poder político português a aceitar uma independência de forma negociada.

Dando um salto no tempo, ao longo do estabelecimento do Estado Nacional, entre 1975 e 1990, prevaleceu o modelo de partido único. O PAIGC administrou Cabo Verde até 1981, ano em que houve um golpe de estado na Guiné-Bissau, o que ocasionou na separação dos partidos, com a troca de seu nome, em Cabo Verde, para Partido Africano de Independência de Cabo Verde (PAICV). O PAICV governou o país até 1990, com orientação socialista, mas sem alinhamento direto à ex-URSS. Nesse período, sua inserção internacional baseou-se no pragmatismo, mas em relações mais assertivas, primeiramente, com a Europa (Portugal) e, secundariamente, com os países da África e dos demais continentes. A ausência de recursos naturais não propiciava muitas escolhas à sociedade cabo-verdiana, que ficou dependente dos recursos de sua diáspora e da cooperação internacional para o desenvolvimento. Assim, segundo Seibert (2014), suas elites intelectuais analisaram os benefícios e desafios que as integrações regionais



proporcionariam, não acarretando em um processo de uma “independência crioula”⁶ embasada em uma “reafricanização” automática.

Com o fim da Guerra Fria, amplo processo de democratização, abertura política e econômica foram discutidos pacificamente e institucionalmente pela sociedade. Uma nova constituição foi promulgada em 1992, com a adoção do multipartidarismo e a troca do sistema de governo parlamentarista (que era comandado, efetivamente, pelo presidente da república) pelo regime semipresidencialista, de viés parlamentarista. Com isso, a política externa e a política interna passaram, efetivamente, a serem comandada por seus Primeiros-Ministros.

Ao finalizar este breve histórico, ressalta-se que o Brasil possui forte ligação com Cabo Verde há mais de cinco séculos. A formação da identidade do povo brasileiro passou pela chegada dos primeiros escravos oriundos de Cabo Verde e pelas companhias de navegação, além de um forte sentimento nacionalista cabo-verdiano de se unir ao Império brasileiro por ocasião da independência brasileira em 1822 (Correia e Silva, 2015), e o rápido reconhecimento de sua independência, em 1975, retratam bons exemplos desse enlace (Violante, 2017).

A próxima seção aborda, de forma mais específica, as relações do Brasil e de outros Estados relevantes com este país tão importante estrategicamente no Golfo da Guiné.

Relações com Cabo Verde

O grande desafio atual da sociedade cabo-verdiana passa pela geração de riqueza onde quase não se possui recursos naturais e nem grande mercado de consumo interno.

Cabo Verde aproveita-se da globalização, presente desde as grandes navegações do século XV e XVI, e, de forma mais acentuada, a partir do século XX. Sua proximidade com a Europa, parte continental da África e do continente americano colocam o arquipélago em posição estratégica relevante.

Esta proximidade com a Europa tem gerado constantes debates e críticas sobre o seu modelo de inserção internacional. Em termos econômicos e sociais, Cabo Verde tem se destacado na África subsaariana. No entanto, a passagem de País Menos Avançado (PMA) para País de Renda Média (PRM) na ONU não tem refletido em progressos suficientes para solidificar uma mudança estrutural relevante em seu desenvolvimento. Faltam, ainda, investimentos mais concretos, especificamente em infraestrutura e na melhoria da prestação de serviços para que o país se transforme em *hub* logístico entre os três continentes. Muitas dessas demandas cabo-verdianas têm sido atendidas por países como China, Estados Unidos da América (EUA), Portugal, Espanha, Brasil, entre outros, por meio de ações de cooperação, como será visto logo a seguir.

Sobre a pirataria, tráfico de drogas e terrorismo, a preocupação do Estado cabo-verdiano tem sido com o tráfego marítimo na confluência do Atlântico norte com o Atlântico sul e também com o Golfo da Guiné. Dados da UE e da Organização Marítima Internacional

⁶ A consolidação de uma sociedade crioula, com cultura e línguas próprias, origina-se inter-relação da cultura europeia e de outras culturas africanas, devido, principalmente, pelo lapso temporal da colonização por parte da metrópole (Seibert, 2014).



(IMO) nas duas últimas décadas mostraram o aumento no número desses ilícitos, que passaram a não se restringir tão somente ao Estreito de Malaca e Golfo de Áden.

Por ocasião do 45º aniversário das Forças Armadas de Cabo Verde, em Praia, em 15/01/2012, e também do seminário "Segurança e Desenvolvimento: Conexões e Desafios", em Praia, em 25/07/2012, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Defesa, Jorge Tolentino, reiterou que:

[...] a opção do governo no sentido do reforço da Guarda Costeira tanto em recursos como em equipamentos, por forma a que ela possa cumprir o papel de autoridade do Estado no Mar e possa ser uma peça decisiva no desenvolvimento e sucesso do cluster do Mar [...]. O reforço da Guarda Costeira, nomeadamente através da aquisição de meios navais e aéreos e da criação de condições jurídico-legais para a sua afirmação como garante da autoridade do Estado no mar, bem como o desenvolvimento das articulações necessárias entre as instituições pertinentes em matéria de segurança marítima, são indubitavelmente passos concretos e decisivos (Tolentino, 2016, p.103-116).

Em uma assertividade crescente, pôde se verificar a participação de Cabo Verde mais presente na costura de parcerias, na formação de quadros e na disponibilização de meios por intermédio de suas políticas públicas.

Entre 24 e 25 de junho de 2013, chefes de Estados e comissões da CEDEAO, Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) e da Comissão do Golfo da Guiné (CGG) reuniram-se em Yaoundé, capital de Camarões, para discutir e acordar importante pauta em resposta às atividades marítimas ilegais no Golfo da Guiné (Violante, 2017).

Nessa linha positiva na área da, Cabo Verde assumiu a presidência da ZOPACAS em 2014. Em julho de 2016, a Assembleia Nacional iniciou os debates atinentes à ratificação dos protocolos de segurança e defesa da União Africana (UA) e da CEDEAO, assinados em 2010, haja vista o parecer favorável do Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN) cabo-verdiano. Nas palavras do então presidente Jorge Carlos Fonseca, "Isso implicaria uma adesão mais inteira de Cabo Verde à União Africana e à CEDEAO, e abriria a possibilidade legal de o país participar em forças de intervenção, manutenção da paz e outras que forem constituídas ao abrigo das decisões [...] das duas organizações⁷".

É interessante perceber que a CEDEAO tem se voltado, nos últimos anos, a prover uma estratégia marítima própria e integrada a seus Estados membros, principalmente quanto aos ilícitos transnacionais, bem como a possíveis contenciosos acerca de recursos naturais como o petróleo (ICG, 2012; Zucatto & Baptista, 2014).

Essas Organizações internacionais africanas, embasadas no entendimento da Cúpula de Yaoundé, tem buscado pela cooperação entre os Estados da região e parceiros internacionais soluções contra a pirataria, terrorismo, contrabando, descaminho, entre outras ameaças nesses espaços marinhos.

⁷ Cabo Verde prepara adesão aos protocolos de segurança e defesa. Disponível em: <http://www.portugaldigital.com.br/lusofonia/ver/20104583-cabo-verde-prepara-adesao-aos-protocolos-de-seguranca-e-defesa-da-ua-e-da-cedeao> Acesso em 25ago.2020.



Zucatto e Baptista (2014) acrescentam, ainda, que Cabo Verde encontrou como alternativa para o combate à pirataria a contratação de companhias privadas de segurança. Em 2012, o governo concedeu licença para a Cape Verde Maritime Security Services (CVMSS), contratar, de forma exclusiva, empresas privadas de segurança marítima que pudessem utilizar as ilhas como bases para o embarque e desembarque de suas equipes de segurança armadas. De acordo com a publicação *Shipping News and Views*, de 2012, a empresa britânica SeaMarshals Ltda. foi a primeira a receber autorização para utilizar Cabo Verde como base para as operações de segurança na região da África Ocidental. Em matéria dos autores no periódico "Cardo News" (2014), o país se mostrava confiante numa nova estratégia marítima que deveria prover maior comunicação entre as Organizações regionais e internacionais para a formação de militares qualificados, principalmente em sua Guarda Costeira.

Em 02/12/2016, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Defesa, Luís Filipe Tavares, manifestou na abertura da 2ª reunião anual do grupo G-7 mais Amigos do Golfo da Guiné⁸, em Praia, a disponibilidade de Cabo Verde em acolher um dos centros de coordenação e vigilância marítima na sub-região do Golfo da Guiné, "desde que a CEDEAO e os parceiros internacionais se comprometam a ajudar na sua operacionalização, disponibilizando os apoios técnicos e financeiros necessários e pediu apoio técnico e financeiro para a sua montagem⁹".

Visando reformar seu Poder Naval, Cabo Verde buscou acordos e projetos mais robustos na defesa tanto pela via multilateral, quanto bilateral, principalmente com a China, EUA, Portugal, Espanha e Brasil.

A cooperação chinesa tem ocorrido, em sua maior parte, na área de infraestrutura. Desde 2003, a China aumentou sua cooperação e relações econômicas com toda costa ocidental africana, principalmente no Golfo da Guiné. Houve cooperação nas áreas de saúde, na formação e qualificação de quadros com oferecimento de bolsas em graduação e pós-graduação, doação de equipamentos, inclusive militares, ajuda em segurança alimentar e em eventos emergenciais, além de cooperação econômica nas áreas de construção civil, comércio, reparos navais e governança eletrônica¹⁰. Essa maior presença chinesa, em África, ressalta seus interesses geopolíticos e econômicos globais, associada ao projeto "One Belt, One Road"¹¹. Segundo a embaixadora brasileira em Cabo Verde (2007-2010), a presença da cooperação técnica chinesa não seria uma concorrente para a cooperação brasileira. Nesse aspecto, poderiam ser realizadas cooperações trilaterais na área da saúde (HIV-AIDS), em transportes e em ciência e tecnologia¹².

⁸ O G7 mais amigos do Golfo da Guiné é formado pelos seguintes países: Alemanha, Bélgica, Brasil, Canadá, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, EUA, França, Holanda, Itália, Japão, Noruega, Portugal, Reino Unido, Suíça, Interpol, União Europeia e UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime, além dos países da região e das organizações regionais africanas, como: a CEDEAO, CEEAC, CGG e UA.

⁹ Cabo Verde pode acolher Centro de Coordenação Marítima do Golfo da Guiné. Disponível em: <<http://www.expressodasilhas.sapo.cv/politica/item/51160-cabo-verde-pode-acolher-centro-de-coordenacao-maritima-do-golfo-da-guine>>. Acesso em: 04 dez.2020.

¹⁰ Telegrama Brasemb Praia para Sere - 28/01/2006.

¹¹ Refere-se a um projeto de poder que passa pela cooperação em todas as áreas, principalmente em infraestrutura, visando a integração do Extremo Oriente à Europa Ocidental a partir da Rússia, por via terrestre, e a partir do Oceano Índico, por via marítima. Ver mais em: Violante, Marroni e Maia (2020) - "Reflexões sobre guerra hegemônica na atualidade: China e Estados Unidos da América". Revista Geosul, v.35, n 77, p 531-552. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/73966>>. Acesso em: 21Fev.2020.

¹² Telegrama Brasemb Praia para Sere - 04/06/2010.



Mais especificamente à defesa, China e Cabo Verde assinaram, em dezembro de 2012, acordo para fornecimento de equipamentos militares. Este termo destinou-se ao fortalecimento da Guarda Costeira cabo-verdiana, mais precisamente na compra de embarcações que reforcem suas capacidades de vigilância e patrulha em suas águas jurisdicionais. No decorrer da última década, foram entregues equipamentos militares que se aproximaram das cifras de € 38,5 milhões, que incluíram dois Navios-Patrulha, além de dois helicópteros. Como contrapartida, a China tem explorado estaleiros da empresa cabo-verdiana CABNAVE, na ilha de São Vicente. Em 2016, foi concluído um complexo portuário, destinado a apoiar os pescadores chineses no Atlântico Sul, na ilha de Santiago.¹³ Esse projeto é bem visto em Cabo Verde, pois poderá ser utilizado como entreposto comercial e de apoio logístico, em um cluster do mar, que pode atender a demanda de outros países, como os europeus e os da CEDEAO.

Mais precisamente a partir de 2014, os EUA voltaram a atenção de forma mais assertiva a oportunidades no continente africano. Investimentos na casa dos US\$ 33 milhões foram prometidos em uma cimeira que abrangeu 45 chefes de Estado em Washington, no final de 2014. Esta foi uma das ações implementadas para tentar conter o avanço da China, concomitantemente ao fortalecimento de parcerias comerciais e atividades de infraestrutura. Nas palavras do presidente Obama durante o evento: “queremos que os africanos comprem mais produtos americanos e que americanos comprem mais produtos americanos” (Revista África 21, 2014, p. 25). Cabo Verde esteve representado nesta cimeira.

Os EUA assinaram importantes acordos de cooperação com o governo de Cabo Verde. Em 24 de março de 2014, foram assinados dois acordos de cooperação para combater atividades marítimas transnacionais ilícitas, de modo a obter apoio logístico recíproco na região. Segundo nota do Ministério da Defesa Nacional de Cabo Verde, o primeiro acordo se enquadrava no reforço às capacidades de respostas conjuntas às chamadas “novas ameaças”. O segundo se referiu a aquisição de equipamentos e apoio mútuo entre o Departamento de Defesa estadunidense (DoD) e o Ministério da Defesa de Cabo Verde, regulamentando exercícios conjuntos, treinamentos, destacamentos, escalas em portos e outros esforços de cooperação em necessidades de apoio logístico, abastecimento e serviços¹⁴.

Portugal tem sido um grande ator na cooperação em diversas áreas com Cabo Verde. Investimentos na casa dos € 10 milhões de euros anuais, em média. Nas duas últimas décadas, Portugal foi o maior doador líquido de Cabo Verde, destacando-se, também, nas áreas de educação, formação profissional e saúde. Em 2014, 11 instrumentos de cooperação em diversas áreas, incluindo memorandos de entendimento nas áreas do ensino superior e básico e protocolos nos domínios da educação, saúde, linguística e econômicos foram assinados¹⁵.

¹³ Cabo Verde e China são altamente profícuas. Disponível em: <<http://inforpress.publ.cv/cooperacao/126456-as-relacoes-entre-cabo-verde-e-china-sao-altamente-proficuas-ministro-jorge-tolentino>>. Acesso em: 28 jun.2020.

¹⁴ Cabo Verde e EUA assinam acordos. Disponível em: <<http://brasilsoberanoelivre.blogspot.com.br/2014/03/cabo-verde-e-eua-assinam-acordos-de.html>>. Acesso em: 28 jun.2016.

¹⁵ Portugal e Cabo Verde assinam 11 acordos de cooperação. Disponível em: <<http://www.macauihub.com.mo/pt/2014/12/18/portugal-e-cabo-verde-assinam-11-acordos-de-cooperacao>>. Acesso em: 28jun.2016.



Portugal tem incrementando a cooperação em defesa, principalmente na formação de pessoal militar, em exercícios em território cabo-verdiano e também no mar. Como fato de maior relevância, cita-se a assinatura de novo acordo de cooperação em defesa, em 14/08/2013, que acarretou no estreitamento de ações visando à segurança marítima, além da integração de militares das Forças Armadas de Cabo Verde em contingentes portugueses em missões de apoio à paz e assistência humanitária (Diário Oficial de Cabo Verde - I Série nº 42, 2013, p. 1084).

Portugal e Cabo Verde assinaram, no âmbito da III Cimeira bilateral, de dezembro de 2014, um protocolo adicional ao tratado para a fiscalização conjunta de espaços marítimos sob jurisdição deste país. Reforçaram, ainda, o estreitamento na formação de pessoal militar da Guarda Costeira de Cabo Verde (GCCV), afirmando ainda ser o mar desígnio estratégico dos dois países¹⁶.

Quanto à Espanha, a visita do Ministro da Defesa espanhol, Pedro Morenés Eulate, em março de 2013, serviu para renovar os principais compromissos da cooperação em defesa, com especial destaque às seguintes iniciativas: cumprimento do plano de patrulhamento marítimo conjunto e o treinamento de militares cabo-verdianos no âmbito da formação de futura unidade especializada no combate ao terrorismo e na proteção de infraestruturas estratégicas. O MD espanhol também enquadrou a cooperação bilateral em andamento no âmbito das iniciativas realizadas pelos países da UE e da OTAN, visando à promoção da segurança na região do Sahel. Nessa linha, o treinamento das forças armadas africanas se assegura como um dos principais objetivos da organização de defesa ocidental em um futuro próximo (Violante, 2017).

As relações bilaterais do Brasil com Cabo Verde, iniciadas de forma positiva no final dos anos 1970/1980 vêm em um crescente, em que pese o breve afastamento de interações mais assertivas com a África, ao longo do governo Collor (1990-92) e de maiores priorizações com os chamados "Grandes PALOP", em boa parte do governo Cardoso (1995-2002) (Violante, 2017).

No final do governo Cardoso (1995-2002), visualizou-se maior interação do Brasil com o eixo horizontal das relações internacionais, o que alcançou Cabo Verde na cooperação em todas as áreas técnicas, além da cooperação educacional e humanitária. Ao longo das duas últimas décadas (2001-2020), foram estabelecidos os alicerces de uma arquitetura de defesa que vem tendo continuidade no tempo presente, independente de vieses ideológicos governamentais, o que retrata uma relativa continuidade de ações e de uma política de Estado.

Sobre a cooperação técnica do Brasil na área da defesa, esta se embasa, além de compromissos éticos e de interdependência, em seus objetivos políticos, quais sejam: a salvaguarda dos interesses nacionais - ameaçada pela insegurança marítima em seu entorno estratégico -, a estabilidade regional, paz e segurança no Atlântico Sul, além de maior inserção internacional nos fóruns multilaterais.

Quanto ao maior interesse no Golfo da Guiné, destaca-se o entendimento havido durante a XIV Reunião do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

¹⁶ Portugal e Cabo Verde assinam 11 acordos de cooperação. Disponível em: <<http://www.macauihub.com.mo/pt/2014/12/18/portugal-e-cabo-verde-assinam-11-acordos-de-cooperacao>>. Acesso em: 28jun.2016.



(CPLP), em julho de 2009, que visou ao estreitamento de laços cooperativos multilaterais entre o Brasil e os PALOP. Outro momento a ser considerado foi a visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) a Praia por ocasião da 1ª Cúpula entre o Brasil e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), em 02/07/2010. Essa cimeira buscou aproximar o Brasil dos países da costa ocidental africana, comercial e estrategicamente. A marcação desta cúpula especial foi um desejo do Brasil que aconteceu por iniciativa da diplomacia cabo-verdiana junto aos demais representantes¹⁷. Ao final do encontro, a imprensa de Cabo Verde não poupou elogios ao Brasil por colocar a África Ocidental novamente em suas prioridades¹⁸.

Em 2013, o acordo de cooperação em defesa com Cabo Verde, assinado em 1994¹⁹, foi, enfim, ratificado pelo Congresso Nacional Brasileiro. O então Ministro da Defesa, Celso Amorim, ressaltou, pelo ofício nº 11422/2012/MD, que a cooperação técnico-militar com Cabo Verde era uma das prioridades do Brasil para o fortalecimento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e da CPLP. Assim, o Comandante da Marinha, pela Portaria nº 444, de 12/08/2013, criou o Núcleo da Missão Naval do Brasil em Cabo Verde (NMNBCV), que tem como principais tarefas:

- I. efetuar o levantamento das reais necessidades da Guarda Costeira de Cabo Verde, com a finalidade de elaborar uma proposta de Acordo de Cooperação entre os dois Países;
- II. administrar os recursos humanos, materiais e patrimoniais sob a sua responsabilidade;
- III. assessorar o Embaixador do Brasil em Cabo Verde nos assuntos sob a responsabilidade do Núcleo (BRASIL, 2013, p.1).

Embora Cabo Verde não enfrente nenhuma questão de disputa internacional ou qualquer outro contencioso sobre suas águas jurisdicionais, sua vocação marítima é inexorável. Sua Guarda Costeira inclui o Comando da Guarda Costeira, o Centro de Operações para a Segurança Marítima (COSMAR²⁰), a Esquadilha Naval e a Esquadilha Aérea e tem como uma de suas tarefas: manter o controle e patrulhar e fiscalizar as águas jurisdicionais do país.

Este Núcleo foi inaugurado em Praia, em 19/11/2013, composto por um chefe, no posto de Capitão de Fragata, e por um ajudante na graduação de Suboficial. Durante a visita, o Ministro Amorim enalteceu a importância da formação de efetivos, destacou a importância dos desafios de segurança marítima e observou que os crimes transnacionais

¹⁷ Brasemb Praia para Sere – Telegramas: 26/11/2009; 17/02/2010; e 30/04/2010. (Brasemb Praia para Sere significa telegrama encaminhado da Embaixada brasileira em Praia para o MRE e sua respectiva Divisão de África). Isso se enquadra, também, para Brasemb São Tomé para Sere. Esses documentos oficiais estão discriminados em notas de rodapé para deixar o texto mais claro e com menos interrupções, haja vista suas grandes aparições na pesquisa.

¹⁸ Brasemb Praia para Sere – 21/07/2010.

¹⁹ O acordo está disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1994/b_96/at_download/arquivo>. Acesso em: 29 mai.2016.

²⁰ A criação do COSMAR é fruto de parceria com os EUA, o que demonstra interesse do principal partícipe da OTAN na região do Golfo da Guiné. No entanto, parece que a diversificação de parcerias de Cabo Verde com o Brasil, com a China, com a América Latina e com a CEDEAO, na área de defesa, apresentou novas alternativas com menor relativização de sua soberania, evitando-se o conceito de “soberania compartilhada”.



têm-se alastrado nas proximidades do entorno estratégico brasileiro, fatores estes que geram a necessidade de “concertação permanente no âmbito da ZOPACAS”, mas, também, por meio de acordos bilaterais com países amigos (Violante, 2017).

Dando continuidade às ações afirmativas em defesa, foi criada, em 20/03/2014, a Adidância de Defesa Naval, do Exército e da Aeronáutica. A Adidância tem como principal tarefa intensificar os laços bilaterais entre Brasil e Cabo Verde, notadamente na cooperação em defesa, dentro do contexto do fortalecimento da ZOPACAS e da CPLP.

A presença de militares brasileiros em Cabo Verde é relevante, pois a cooperação brasileira, diferentemente de outros países, não possui um viés de imposição de normas ou caráter intervencionista. A cooperação chinesa pode ser considerada complementar à cooperação brasileira em outras áreas, mas não na defesa. Suas ações mais assertivas retratam uma concorrência não apenas econômica, mas geoestratégica, principalmente no estabelecimento de pontos/bases de apoio logístico na região. A China tem investido agressivamente nesse modelo, com a doação/ financiamento de meios militares (Violante, Marroni e Maia, 2020).

Tais ações chinesas também ocorreram por ocasião do incremento da cooperação brasileira na área da defesa do Brasil com a Namíbia, após o estabelecimento de uma Missão Naval brasileira neste Estado. Fazendo um adendo às relações duradouras e consistentes estabelecidas na cooperação Brasil-Namíbia, via Acordo de Cooperação Naval²¹, a China tem investido fortemente naquele país, com o financiamento de aeronaves para sua Força Aérea e, mais recentemente, na aquisição do Navio de Apoio Logístico “Elephant”, que passou a ser o maior navio da Ala Naval da Namíbia. Portanto, apesar da cooperação brasileira em defesa ter englobado a transferência de doutrina de material e a capacitação de recursos humanos, bem como a doação de meios, tais ações não impediram a compra de material bélico junto à China.

O Capitão de Patrulha, Pedro Santana, Comandante da GCCV em 2016, ressaltou que a atual arquitetura de defesa brasileira marcou “uma posição muito forte por parte do governo do Brasil”, trazendo outra “dinâmica em termos de cooperação na área marítima”, principalmente na formação dos quadros da Guarda Costeira. Entretanto, outras ações cooperativas podem ser incrementadas, como investimentos em infraestrutura, com “a construção de pontos de apoio naval para seus navios e embarcações²²” – ou seja, o que a China procura implementar, baseada na estratégia *one belt, one road*.

Uma postura mais assertiva do Estado brasileiro no financiamento de projetos de interesse estratégico ao Brasil e Cabo Verde, por empresas nacionais, em que pese a crise econômica causada pela COVID-19, são oportunidades a serem consideradas, em curto e médio prazo. Isso já ocorreu em outros países da África, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outras entidades de fomento, nos anos 2000 e até a primeira metade da última década (2011-2020).

Outro fator positivo dessa arquitetura de defesa brasileira diz respeito a seu valor: ela é de baixo custo, principalmente quando comparada a outros projetos que atingem a

²¹ O acordo busca, entre outras coisas, apoio para criação e fortalecimento de sua “Ala Naval” (Violante, 2017).

²² Violante, 2017 - Entrevista Santana, 2016.



ordem de grandeza de milhões de dólares e de euros, providas pelos EUA, China e, em menor escala por Portugal.

O estabelecimento de facilidades portuárias e aeroportuárias pelo Brasil, permanentes ou temporárias, além de atender a pleitos de Cabo Verde, representaria um fator de força em caso de crises ou conflitos internacionais, pois poderia proporcionar postos de controle a navios brasileiros e de outros países que escoam boa parte das exportações pela via marítima, utilizando-se das principais rotas marítimas da América do Sul em direção à Europa.

O *soft power* brasileiro está sendo intensificado por esse processo de cooperação. É perceptível, ainda, que o Núcleo de Missão Naval estabelecido em Cabo Verde pode ser ampliado, como aconteceu na Namíbia. Quanto às atividades de apoio, muitas providências que auxiliaram a formação da Ala Naval da Namíbia também podem ser implementadas em Cabo Verde. O aumento do número de cursos, principalmente com a ida de militares brasileiros para o território cabo-verdiano, além do financiamento/doações de meios navais e aéreos incrementaria esse modelo de cooperação.

Essa arquitetura inserida no conceito estratégico de defesa cabo-verdiano, colocou o Brasil no rol dos países e instituições internacionais de segurança e defesa que operaram mais estreitamente na região, como a OTAN, a CEDEAO, Portugal, Espanha, China e EUA. Cabo Verde tem transformado suas diretrizes da defesa em uma política de Estado, haja vista a boa governança e o pragmatismo dos últimos governos. Seu papel proativo nas organizações internacionais, além de reforçar a cooperação internacional com parceiros tradicionais, estabelece novas parcerias, frente ao cenário complexo da segurança marítima internacional.

2. Cooperação em defesa com São Tomé e Príncipe: Brasil e outros atores de relevância

Tal qual Cabo Verde, São Tomé e Príncipe possui fortes ligações históricas com o Brasil. Entreposto comercial de escravos que vinham para o Caribe e para o Brasil, muitos negros de toda África e os residentes das ilhas de São Tomé e Príncipe ajudaram a desenvolver não só a cultura, mas também o Estado Nação brasileiro, até a abolição tardia da escravatura.

Abaixo segue a transcrição da poetisa santomense Olinda Beja ao retratar a vocação ao mar, o sofrimento da escravidão, enfim, a origem de seu povo, que tanto contribuiu para a formação da Nação brasileira.

QUEM SOMOS?²³

*O mar chama por nós, somos ilhéus!
Trazemos nas mãos sal e espuma
cantamos nas canoas
dançamos na bruma*

²³ Poema do livro "Aromas de Cajamanga", organizado por Floriano Martins. Disponível em: http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_africana/s_tome_princepe/olinda_beja.html. Acesso em: 29jun.2016.



*somos pescadores-marinheiros
de marés vivas onde se escondeu
a nossa alma ignota
o nosso povo ilhéu*

*a nossa ilha balouça ao sabor das vagas
e traz a espriar-se no areal da História
a voz do gandu
na nossa memória...*

*Somos a mestiçagem de um deus que quis mostrar
ao universo a nossa cor tsnada
resistimos à voragem do tempo
aos apelos do nada*

*continuaremos a plantar café cacau
e a comer por gosto fruta-pão
filhos do sol e do mato
arrancados à dor da escravidão.*

Breve Histórico

Oficialmente chamada de República Democrática de São Tomé e Príncipe, este estado insular, localizado no Golfo da Guiné, é composto por duas ilhas principais: (Ilha de São Tomé e Ilha do Príncipe) e várias outras ilhotas, em um total de 1001 km², com cerca de 190 mil habitantes. Do total da população, cerca de 185 mil vivem na ilha de São Tomé e cerca de 8.500 na Ilha do Príncipe. Todos eles descendem de vários grupos étnicos que emigraram para as ilhas durante o período colonial português. Como Cabo Verde, São Tomé e Príncipe pertence à categoria dos microestados insulares.

Entre 1470 e 1471, os navegadores portugueses João de Santarém e Pedro Escobar descobriram as ilhas de São Tomé, Príncipe e Anobom. A importância estratégica destas ilhas só passou a ser valorizada pelos portugueses em 1482, quando iniciaram contatos com o Reino do Congo. Em 1485, Dom João II as determinou como colônia, de forma a iniciar o cultivo da cana-de-açúcar (Seibert et al., 2002).

A partir de então, iniciou-se, de acordo com Neves e Ceita (2004), o processo de formação e evolução sócio, política e econômica de São Tomé e Príncipe. Baseado, inicialmente, no plantio de cana-de-açúcar e no tráfico de escravos, este passou, posteriormente, ao cultivo e comercialização do cacau e do café. Essa formação pode ser dividida em três períodos:

- I) Século XVI até a primeira metade do século XVII – caracterizada pela chegada dos primeiros habitantes das ilhas, da introdução de novas espécies de fauna e flora, da produção de açúcar, do tráfico de escravos com destino ao Brasil e às colônias espanholas da América do Sul;
- II) Segunda metade do século XVII e decorrer do século XVIII – período de relativa decadência comercial com o fim do ciclo da cana-de-açúcar. A colônia passou a sustentar-se com o tráfico de escravos e com a agricultura de subsistência. Em vista do “abandono” do colonizador, verificou-se o início da formação de grupos



autóctones (negros e mestiços), o que deu origem a um nacionalismo embrionário; e

III) Séculos XIX e XX – quando ressurgiu o interesse português com a introdução das culturas de cacau e café pelo *plantation*. Este fato trouxe mudanças estruturais na economia e na sociedade que, com o fim do trabalho escravo, resultou na migração de diversas etnias africanas, como os angolares, os tongas, os serviçais e os cabo-verdianos, o que impediu a consolidação de uma sociedade crioula típica. Seibert et al. (2002) e Rizzi (2012) acrescentam que, até 1961, os forros, angolares e cabo-verdianos eram considerados cidadãos perante a legislação de Portugal, enquanto os outros africanos eram tratados como indígenas, ou seja, considerados como cidadãos de segunda classe.

Interessante constatar que o Brasil teve participação ativa em seu processo de formação social, influenciando diretamente os principais ciclos econômicos de sua história. Primeiramente, de forma negativa, quando o açúcar brasileiro, de melhor qualidade, produtividade e preço, provocou o desaparecimento dos engenhos de cana-de-açúcar de São Tomé; a segunda, também negativa, por ocasião dos 200 anos de ostracismo do colonizador, quando as ilhas se transformaram em um mero entreposto de escravos²⁴, destinados quase que exclusivamente ao Brasil; e o terceiro, agora de forma positiva, quando brasileiros do Estado da Bahia introduziram em São Tomé a bem-sucedida cultura do cacau (Relatório de Gestão - Brasemb São Tomé - 2015).

Pôde-se constatar que tanto São Tomé e Príncipe quanto Cabo Verde tiveram sua identidade formada por sociedades crioulas. No entanto, São Tomé e Príncipe teve sua "crioulidade" modificada²⁵ por essa nova etapa de colonização. Já Cabo Verde não teve o *plantation* implantado devido a suas peculiaridades climáticas e, até por isso, manteve certo grau de autonomia na administração local (Violante, 2017).

Este ponto é relevante para se compreender a dependência do português na condução administrativa da ex-colônia. Até a década de 1840, as ilhas praticamente autogovernavam-se. Os forros, que pertenciam à elite crioula, eram empregados na administração, dedicavam-se a serviços urbanos e eram pequenos proprietários, rendeiros ou sub-rendeiros de roças. Com a chegada do café e de cacau, na segunda metade do século XIX, esta elite ficou marginalizada política e economicamente, perdendo suas posições conquistadas com o esgotamento da indústria da cana de açúcar. Assim, a hierarquia colonial voltou a preponderar (Seibert, 2014; Sanguin, 2014).

Dando um salto no tempo para discorrer sobre seu processo de independência, é importante perceber que esta não ocorreu de forma tão pacífica. Os movimentos autonomistas das colônias portuguesas na África, originados e estabelecidos em Lisboa, marcaram a tomada de consciência da luta organizada, com vistas à autodeterminação

²⁴ A ilha de São Tomé diferiu do entreposto escravista de Cabo Verde, pois nela visava-se muito mais à preparação da mão-de-obra para o trabalho. Assim, quando do retorno à África, alguns ex-escravos no Brasil preferiam regressar a São Tomé pelos laços familiares estabelecidos que retornar a seus países de origem,.

²⁵ A miscigenação em Cabo Verde ocorreu, de forma mais presente, entre o branco europeu e negros, enquanto em São Tomé e Príncipe aconteceu, de forma majoritária, entre os africanos que lá trabalhavam nas plantações de cana-de-açúcar, café e cacau. (Seibert, 2014).



política. Em setembro de 1960 foi criado o Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP), que era constituído por forros da elite no exílio (Neves e Ceita, 2004).

Entre idas e vindas, apenas em julho de 1972, o CLSTP foi reconstituído sob o nome de Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), fortemente influenciado pelo PAIGC cabo-verdiano. Em uma crescente de ações, a Revolução dos Cravos (Abril de 1974) acabou incentivando maiores ações políticas nas ilhas. Com isso, as negociações entre o MLSTP e a metrópole avançaram. Assim, em 26/11/1974, foi assinado o Acordo de Argel, que acertou a data de 12/07/1975 para a independência do arquipélago (Rizzi, 2012).

Com a distensão do regime autocrático e a chegada do multipartidarismo em 1990 e da democratização em 1991, as disputas políticas se intensificaram e diversos partidos foram criados. Porém, diferentemente de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe tem sido marcado por instabilidades políticas ao longo de sua história, o que tem afetado a boa governança²⁶. Segundo Seibert (2008), São Tomé e Príncipe foi e ainda é caracterizado pela dependência frente aos consultores estrangeiros e pela distribuição de poder em uma minoria histórica, o que tem dificultado a implantação de políticas públicas satisfatórias para impulsionar seu desenvolvimento.

Apesar das melhorias apresentadas pela economia santomense, isso não tem sido suficiente para reduzir os níveis de desemprego, pobreza. As descobertas de jazidas de petróleo em suas águas jurisdicionais pode ser um caminho para um desenvolvimento mais acelerado que incrementa ganhos econômicos e sociais significativos. Os avanços tecnológicos atuais já viabilizaram a produção de petróleo em águas profundas pela Nigéria e Guiné Equatorial, vizinhos de São Tomé e Príncipe no Golfo da Guiné.

Relações com São Tomé e Príncipe

São Tomé e Príncipe possui uma extensa área marítima sob sua jurisdição – quase 160 vezes sua área terrestre (ver Quadro 1), o que requer atenção a ameaças tradicionais e “novas ameaças”, além de possíveis litígios em suas águas jurisdicionais, uma vez que há interseções em suas fronteiras marítimas com outros Estados do Golfo da Guiné.

Acerca das fronteiras marítimas, Sanguin (2014) lembra que uma das soluções pragmáticas e pacíficas para a superação desses tipos de conflitos consiste na implantação de uma zona conjunta de desenvolvimento. Dessa forma, Estados compartilham áreas em litígio ou em interseções, ao invés de se confrontarem pelo controle dos recursos marítimos. Esta solução deriva diretamente do artigo 83 da CNDUM. Assim foi feito, em acordo envolvendo seus vizinhos e, principalmente, a Nigéria, com o estabelecimento de uma área de exploração conjunta de petróleo, chamada de Zona de Desenvolvimento Compartilhada (ZDC). Cabe ressaltar que a fiscalização da ZDC seria realizada por uma força militar conjunta, o que não foi posto em prática até os dias atuais. A Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe (GCSTP) ainda não possui capacidade plena de realizar esta tarefa com regularidade. Logo, a segurança marítima da ZDC tem permanecido, majoritariamente, a cargo da Nigéria.

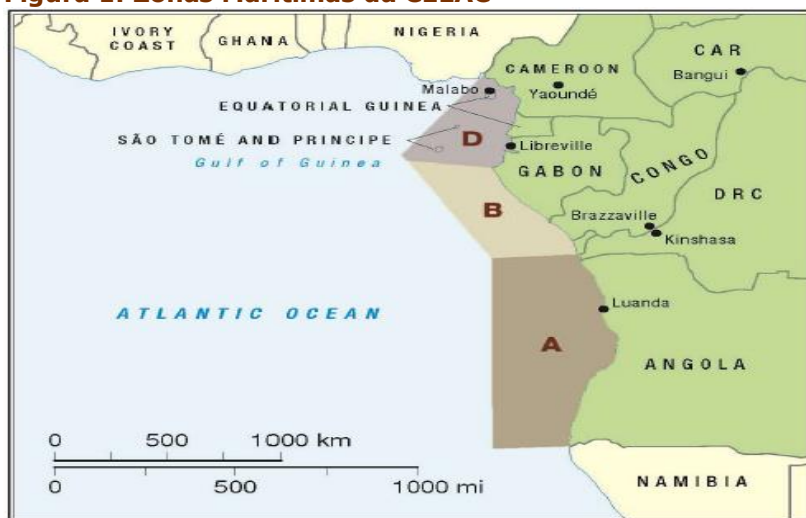
²⁶ Desde sua democratização, em 1991, houve duas tentativas de Golpe de Estado fracassadas. Com relação aos primeiros-ministros, desde a independência, até a atualidade (2021), houve 22 primeiros-ministros.



Dentro do contexto securitário, tanto a CEEAC quanto a Comissão do Golfo da Guiné (CGG) passaram, a partir de outubro de 2009, a trabalhar em uma estratégia de segurança para a região do Golfo, baseada em dois elementos: a criação de um Centro de Coordenação Regional de Segurança Marítima da África Central e na promoção de uma maior sinergia entre os países da CGG e da CEDEAO. Essa estratégia ainda conta com seis objetivos: o compartilhamento de informação e gestão; a vigilância conjunta do espaço marítimo; a harmonização das ações no mar; a introdução de um imposto marítimo regional; a aquisição de equipamentos para uso comum; e a institucionalização de uma conferência marítima periódica (ICG, 2012; Zucatto e Baptista, 2014).

A CEEAC dividiu a África Central em três zonas geográficas: A, B e D, cobrindo uma faixa que vai de Angola até às fronteiras marítimas de Nigéria e Camarões. Dentre essas zonas, a "D" - que alcança Camarões, Gabão, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe - é vista como a de maior risco de insegurança marítima. Dessa forma, os países membros assinaram, em 2009, um acordo de vigilância marítima denominado SECMAR, que previu a abertura de um centro de coordenação multinacional em seus centros operacionais marítimos (ICG, 2012; Zucatto e Baptista, 2014).

Figura 1: Zonas Marítimas da CEEAC



Fonte: ICG, 2012.; Zucatto e Baptista, 2014

Como maiores colaboradores da CID, destacam-se, Taiwan (até dezembro de 2016), China (a partir de 2016), Nigéria, Angola, Cabo Verde, França, Portugal e EUA.

Calcula-se que Taiwan tenha aplicado mais de US\$ 240 milhões desde o estabelecimento das relações diplomáticas com São Tomé e Príncipe em 1997, nomeadamente na saúde, agricultura, infraestrutura e educação²⁷. Mais recentemente, em abril de 2015, Taiwan e São Tomé e Príncipe assinaram um novo programa de cooperação para o biênio 2015/16,

²⁷ Taiwan assina novo programa de cooperação com STP. Disponível em: <<http://www.macauhub.com.mo/pt/2015/04/24/taiwan-assina-novo-programa-de-cooperacao-com-sao-tome-e-principe/>>



que contemplou um apoio financeiro superior a US\$ 15 milhões, o maior valor até então (Violante, 2017).

Vale registrar que mesmo após o rompimento de relações diplomáticas com a China, em 1997, o Estado santomense sempre manteve relações amigáveis com o poder político chinês. Em outubro de 2015, São Tomé e Príncipe assinou com a Sociedade China Harbour Engineering Company um acordo para a construção de um porto de águas profundas. Esta obra de infraestrutura está avaliada em US\$ 800 milhões e deveria ter a primeira de três fases concluída em 2018²⁸. No entanto, até o presente, este projeto importante para a solidificação da economia santomense ainda se encontra em fase inicial. Se concluído, o porto de águas profundas oferecerá uma infraestrutura que atenderá não somente suas necessidades logísticas, mas dos demais países do Golfo da Guiné, transformando São Tomé e Príncipe em um *hub* logístico devido à sua posição estratégica na região.

Esta maior aproximação, conforme o noticioso “DW”, resultou no restabelecimento das relações diplomáticas entre São Tomé e Pequim, em 22/12/2016. Este fato causou ruptura automática com Taiwan, ao reconhecer “apenas uma China”. Como contraponto, o governo taiwanês afirmou que São Tomé e Príncipe tentou “tirar proveito ao balançar entre os dois lados do Estreito” e denunciou que o governo santomense pedira “uma quantia astronômica em apoio financeiro”, da ordem de 100 milhões de dólares (cerca de 96 milhões de euros), para continuar apoiando Taiwan²⁹.

Na década de 2011 a 2020, a Índia tem intensificado projetos e atividades na região do Golfo da Guiné, de modo a contrabalancear projetos de maior inserção política e econômica chinesa. A Índia compreende o Golfo da Guiné como fundamental para diminuir a dependência de importação de petróleo do Oriente Médio, especialmente junto a Angola, Nigéria e Guiné Equatorial, o que pode resultar em futuros acordos para a exploração e exploração de petróleo bruto nas ilhas, além de venda de equipamentos militares (Violante, 2017).

Apesar de ainda não formarem, conjuntamente, uma força militar para a patrulha da ZDC, a Nigéria tem cobrado maior participação de São Tomé e Príncipe. Em 2013, foi estabelecido acordo para a formação de Oficiais santomenses no Instituto Superior da Academia Militar da Nigéria. Em 2016, havia cerca de 20 militares santomenses neste programa de cooperação, o que reforça a parceria entre os dois países que partilham de uma vasta fronteira marítima³⁰.

Fruto de um retorno à maior assertividade nas relações com Angola, em junho de 2014 foi assinado um acordo envolvendo a segurança interna, externa e a proteção civil entre os dois países. Esses acordos visaram ajustar o nível da cooperação já alcançado em décadas anteriores. Assim, os instrumentos permitem que ambos cooperem nas áreas

²⁸ Chineses constroem porto de águas profundas em STP. Disponível em: <<http://www.construir.pt/2015/10/13/chineses-constroem-porto-de-aguas-profundas-em-sao-tome-e-principe/>>. Acesso em: 29 jul.2016.

²⁹ 19 anos depois, São Tomé troca Taiwan pela China – *site*. Taipé. Recusou dar 100 Milhões de dólares em ajuda. Pequim aplaude ruptura que deixa ilha rebelde só com 21 aliados diplomáticos – Noticioso DN. Disponível em: <<http://www.dn.pt/mundo/interior/19-anos-depois-sao-tome-troca-taiwan-pela-china-5565650.html>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

³⁰ São Tomé quer apoio de Cabo Verde para maior aproximação à CEDEAO. *Página do governo cabo-verdiano*. Disponível em: <<http://www.governo.cv/index.php/rss/6358-sao-tome-quer-apoio-de-cabo-verde-para-maior-aproximacao-a-cedeao>>. Acesso em: 26 jun. 2019.



de formação de quadros, na inteligência criminal, no combate a imigração ilegal, ao tráfico e venda ilegal de armas de fogo, ao tráfico de drogas, ao combate ao terrorismo e no assessoramento técnico dessas áreas³¹.

Inserido em uma política de maior aproximação com os países da costa ocidental africana, houve duas visitas entre os Chefes de Governo de São Tomé e Príncipe e Cabo Verde. A primeira em Praia, em 11/12/2015, e a segunda em São Tomé, em fevereiro de 2016. Nessas ocasiões, foram acordadas ações cooperativas nas seguintes áreas: agropecuária, formação profissional, saúde, marítima, gestão de águas, turismo, governança eletrônica, administração pública, aviação civil etc. Foi acertada, também, a criação de uma Cimeira bianual entre os dois governos. São Tomé aproximou-se da CEDEAO com intermediação de Cabo Verde. Isso resultou na priorização para adoção de uma nova visão estratégica da CPLP para os oceanos. A ideia de ambos os Estados é atuar uniformemente no bloco dos pequenos Estados insulares africanos ante organizações internacionais e fóruns, como os PALOP, a UA, a Comissão do Golfo da Guiné e a CEEAC, principalmente na área da defesa, de modo que seus interesses não fiquem restritos às potências regionais da região (Angola e Nigéria) ³².

Causou surpresa o fechamento da embaixada da França em São Tomé em 24/08/2015. Segundo o Chefe da Missão de cooperação e ação cultural, Patrick Cohen, a crise financeira obrigou a França a reduzir a sua presença em países com os quais o nível de cooperação não justificava manter o funcionamento de uma embaixada³³. Tal fato denotou o declínio da cooperação francesa com São Tomé e Príncipe, que chegou a ser uma das maiores entre os anos 1980 e 2000 (Violante, 2017).

Portugal também é um parceiro de grande importância. Provém deste Estado mais da metade de tudo que é importado por São Tomé e Príncipe. Em todas as áreas de cooperação, Portugal se manteve como um dos principais fornecedores de financiamentos e de doações. Com relação a projetos de cooperação, a Ajuda Pública para o Desenvolvimento portuguesa a São Tomé e Príncipe situou-se na casa dos €15 milhões anuais (Violante, 2017).

Portugal estabeleceu um programa de cooperação técnico-militar para a cooperação entre a Marinha portuguesa e sua Guarda Costeira na questão da vigilância e fiscalização de suas águas jurisdicionais. Tal acordo tencionou impedir o fortalecimento de grupos criminosos ou ligados a ilícitos internacionais, como a pirataria e o terrorismo. Portugal, em 2015, doou duas embarcações à Guarda Costeira, com o intuito de reforçar a capacidade de resposta às ameaças transnacionais (Violante, 2017).

A cooperação em defesa portuguesa tem sido também responsável por formar quadros de militares, por intermédio de alguns oficiais portugueses destacados no arquipélago. Em entrevista ao site de notícias africano "Pana Express", em março de 2015, o então ministro da defesa de São Tomé e Príncipe, Carlos Stock, ressaltou os ganhos da

³¹ Angola e São Tomé e Príncipe rubricam acordos de cooperação no domínio da segurança. Disponível em: http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2014/5/26/Angola-Sao-Tome-Principe-rubricam-acordos-cooperacao-dominio-seguranca,d5f9eaac-a7cc-4d93-bdf6-7bb4dee04fc5.html. Acesso em: 20 jul.2016.

³² Cabo Verde e São Tomé reforçam cooperação. *Vozes do Mundo-RFI-Português*. Disponível em: <http://pt.rfi.fr/cabo-verde/20160222-cabo-verde-e-sao-tome-reforcam-cooperacao>. Acesso em 02 set. 2019.

³³ Disponível em: <http://www.vitrine.st/vitrine4029.htm>. Acesso em: 29 jul.2016.



cooperação no domínio da defesa com Portugal, afirmando que a formação de fuzileiros navais e a patrulha de fiscalização aérea das águas territoriais santomenses por aviões da Força Aérea Portuguesa é um sinal evidente da excelente cooperação existente entre os dois Estados³⁴.

A partir dos anos 2000, os EUA passaram a conferir novo status estratégico à África. Isto pode ser constatado com a National Strategy for Maritime Security de 2005, que visava ampliar as plataformas de cooperação nos Estados e em Organizações regionais africanas, de modo a prevenir conflitos e criar ambientes seguros e favoráveis à segurança regional e a dos EUA. A criação do *United States Africa Command* (AFRICOM), em fevereiro de 2007, para promover objetivos de segurança nacional dos EUA na África e em seu espaço marítimo adjacente, tem sido utilizada como instrumento de política externa, cooperação militar, de capacitação técnica de civis e militares, além de ajuda humanitária.

Figura 2: Comandos Regionais dos EUA



Fonte: Página do Sítio Poder Naval. Disponível em: <www.podernaival.com.br> Acesso em: 25 mai. 2016.

Assim, esta nova estratégia de inserção estadunidense se voltou de forma mais intensiva à África como um todo, contudo mais especificamente ao Golfo da Guiné. Sob a roupagem da segurança marítima internacional, de combate à pirataria e ao terrorismo, a Marinha estadunidense passou a realizar uma série de patrulhas e exercícios na região. Tais ações, inclusive, englobaram a reativação da Quarta Frota no United States Southern Command (USSOUTHCOM), além de treinamentos de militares da GCSTP ao longo da década (Violante, 2017) e que se prolongam na atualidade.

Todavia, a maior ação cooperativa em defesa realizada pelos EUA foi a instalação de radares nas ilhas em 2008. Este projeto denominado Marine Domain Awareness³⁵ é um sistema de vigilância para prover segurança às águas jurisdicionais do país e,

³⁴ São Tomé e Príncipe e Portugal renovam acordo de cooperação no domínio da defesa. Disponível em: <<http://www.panapress.com/Sao-Tome-e-Principe-e-Portugal-renovam-acordo-de-cooperacao-no-dominio-da-defesa---3-630428658-47-lang4-index.html>>. Acesso em: 20 jul.2016.

³⁵ O programa permite a detecção dos navios no mar que possuam transmissores para fornecer ininterruptamente as suas posições, destino e carga. Este dispositivo é chamado de Automatic Identification Service (AIS). Estas detecções permitem que os Estados litorâneos controlem o tráfego marítimo em suas áreas de responsabilidade.



consequentemente, a todo tráfego marítimo no Golfo da Guiné. Importante salientar que as informações angariadas das embarcações e navios de maior porte são acessíveis aos EUA, sendo facultada aos países vizinhos³⁶.

Essa experiência bem sucedida em segurança marítima pelos EUA fomentou uma maior sensibilidade para a questão da segurança marítima no arquipélago. A “colaboração” com a segurança e com a “manutenção” da soberania dos países do entorno do Golfo da Guiné derivou, inclusive, na possibilidade noticiada pela imprensa nacional e internacional da instalação de uma base militar estadunidense em São Tomé e Príncipe. Este intento não se concretizou, tendo sido negado com certa veemência pelos governantes santomenses e também por Washington³⁷.

Houve, ainda, iniciativas em defesa foram mais abrangentes em exercícios com as Marinhas e com as Guardas Costeiras dos países do Golfo. Nesse sentido, a Marinha dos EUA tem visitado regularmente São Tomé e Príncipe, Nigéria e outros países da costa ocidental africana, como Cabo Verde e Gabão, sob os auspícios do programa “African Partnership Station”. Em conjunto com a OTAN, os EUA também conduziram o exercício “Obangame Express”, que tem como propósito promover a interoperabilidade e o treinamento combinado, visando incrementar a segurança marítima na região do Golfo da Guiné. Este exercício incluiu a participação de Marinhas e Guardas Costeiras da África Ocidental, contando, inclusive, com a participação da Marinha do Brasil (Violante, Marroni e Maia, 2020).

Mas São Tomé e Príncipe demandava incrementar sua Guarda Costeira, de modo a executar ações de vigilância e patrulha de sua extensa área marítima. Desse modo, a fim de aumentar sua capacidade dissuasória e de vigilância, especialmente na “proteção dos recursos e para assegurar a tranquilidade no negócio de exploração petrolífera”, nas palavras da ministra de Defesa Elza Pinto, São Tomé e Príncipe solicitou ajuda ao Brasil.

Retrocedendo no tempo, as relações bilaterais do Brasil com São Tomé e Príncipe, especialmente nos anos 1970, 1980 e 1990, foram quase nulas. Apesar de ter sido uns dos primeiros Estados a reconhecer sua independência, em 1975, os vieses ideológicos que a Guerra Fria imputava fizeram com que São Tomé e Príncipe priorizasse suas relações internacionais em um alinhamento quase que automático ao bloco socialista (Violante, 2017).

Diferentemente de Cabo Verde, que já possuía um histórico de cooperação em décadas anteriores, relações bilaterais ocorreram mais intensamente apenas no final dos anos 2000. A abertura política e econômica de ambos os Estados acabou por diversificar suas relações internacionais nas mais diversas áreas de cooperação. A formação de quadros na área administrativa e educacional foi priorizada, e, como novidade, a cooperação em defesa.

Assim, atendendo ao pedido santomense, em março de 2009 o Ministro da Defesa brasileiro, Nelson Jobim, visitou São Tomé e discutiu o apoio ao fortalecimento da GCSTP. Ficou decidido, após assinatura de memorando de entendimento em defesa, em 23/03/2009, que o Brasil formaria profissionais e proveria a sua Guarda Costeira os

³⁶ Não é a primeira vez que São Tomé e Príncipe serve de base para vigilância militar. Após a independência, a ex-URSS instalou um sistema de radares na ilha de São Tomé (Nascimento, 2011).

³⁷ Brasemb São Tomé para Sere –Telegrama, 14/11/2003.



equipamentos necessários à fiscalização de suas águas jurisdicionais (Rizzi, 2012; Correio da Semana, 28/03/2009, p.4 *apud* Nascimento, 2011).

Em um crescente cooperativo nas relações bilaterais e multilaterais, na 12ª Reunião dos Ministros da Defesa da CPLP, ocorrida em Brasília, entre os dias 10 e 11/11/2010, foi assinado um acordo de cooperação no domínio da defesa³⁸. De acordo com a Assessora do Diretor de Defesa Nacional, Lassalete Neto³⁹, tal acordo gerou grandes expectativas quanto à formação de quadros e reestruturação das Forças Armadas em curto, médio e longo prazo.

Ainda nessa reunião, o Ministro Jobim reiterou a necessidade de que o Atlântico Sul se mantivesse livre de armas nucleares, sendo imprescindível preservar o atual ambiente de paz e estabilidade sem a interferência de potências exógenas à região. Jobim foi apoiado pelos participantes africanos. Sobre o assunto, o Ministro de Defesa português ressaltou que a OTAN também poderia desempenhar um papel importante na promoção da estabilidade e da segurança cooperativa, sob os auspícios da ONU. O Ministro afirmou ter a convicção de que, ao longo do tempo, seria possível desenvolver um diálogo regular, na área da defesa, entre a OTAN e outros parceiros, incluindo a União Africana, sendo Portugal um parceiro importante nessa ligação⁴⁰.

Em um crescente de reuniões na CPLP, foi ventilada, em novembro de 2010, uma possível cooperação multilateral envolvendo Brasil, Portugal, Angola e São Tomé e Príncipe. Para isso, foi realizada uma missão exploratória conjunta entre Brasil e Portugal. Esta missão intensificou a troca de informações e avaliou, conjuntamente, as possibilidades de cooperação na recuperação da infraestrutura militar santomense. Dessa missão, perceberam-se as possibilidades de cooperação em defesa com São Tomé e Príncipe, além de seus óbices, principalmente pela inexistência de empresas locais para necessário apoio logístico na manutenção de embarcações (Violante, 2017).

Entre 2011 a 2020, São Tomé e Príncipe foi um dos países mais beneficiados por projetos desenvolvidos em parceria com instituições brasileiras, em áreas como saúde, educação, agropecuária, no fomento de agências reguladoras e na defesa. Isto não quer dizer que o Brasil está no mesmo patamar dos maiores colaboradores, como os países aqui apresentados (Violante, 2017).

Na área multilateral, o Brasil alcançou maior espaço nas discussões sobre segurança marítima nos organismos regionais dos quais São Tomé e Príncipe faz parte, como a CGG, a CEEAC e o G-7 mais amigos do Golfo da Guiné. Neste último, o Brasil foi observador por muitos anos, tornando-se membro permanente em 2020. No entanto, é importante salientar tal organização se encontra sob a liderança dos países mais ricos do mundo, o que pode não contemplar, de forma direta, os interesses prioritários da região.

A postura mais assertiva do Brasil na continuidade de sua política para a África resultou na criação do Grupo de Apoio Técnico de Fuzileiros Navais (GAT-FN), em 2014, e, em um *continuum*, com a criação do Núcleo de Missão Naval do Brasil em São Tomé e Príncipe

³⁸ O acordo se encontra na íntegra, disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/acordo-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-democratica-de-sao-tome-e-principe-sobre-cooperacao-no-dominio-da-defesa>>. Acesso em: 25 abr.2016. Ele ainda se encontra em tramitação para ratificação.

³⁹ Violante, 2017 - Entrevista Lassalete, 2016.

⁴⁰ *Ibidem*.



(NMNBSTP), pela Portaria nº 533 do Comandante da Marinha, de 10 de novembro de 2014, com as seguintes atribuições:

- I. efetuar o levantamento das reais necessidades da Guarda Costeira de STP, com a finalidade de elaborar uma proposta de Acordo de Cooperação entre os dois Países;
- II. acompanhar e apoiar as atividades do Grupo de Apoio Técnico de Fuzileiros Navais em São Tomé e Príncipe, subordinado ao Núcleo;
- III. administrar os recursos humanos, materiais e patrimoniais sob sua responsabilidade; e
- IV. assessorar o Embaixador do Brasil em São Tomé e Príncipe quanto aos assuntos sob a responsabilidade do Núcleo (Brasil, 2014, p.1).

Decorrente das demandas reprimidas de São Tomé e Príncipe, foi ativado, em 06/05/2015, tal iniciativa. Durante a reunião de cúpula dos Ministros de Defesa da CPLP, em 26/05/2015, o Núcleo foi inaugurado pelos Ministros da Defesa do Brasil e de São Tomé e Príncipe, Jaques Wagner e Carlos Stock, respectivamente (Violante, 2017).

Constatou-se, então, que o NMNBSTP, seu GAT-FN e sua Adidância de Defesa, mesmo cumulativamente a Luanda, são os principais projetos de cooperação em defesa do Brasil com São Tomé e Príncipe. Essa arquitetura de defesa vem sendo considerada como primordial pelo Ministério da Defesa e do Mar de São Tomé e Príncipe

Em uma análise político-estratégica, o Embaixador Leitão comenta sobre esta arquitetura cooperativa, implantada durante sua missão em São Tomé e Príncipe (2011- 2016)

Projeto de inegável envergadura e muito bem aceito nos meios locais tem sido aquele referente à cooperação naval Brasil-São Tomé e Príncipe. Esboçado desde os primeiros meses de minha gestão, resultado de conversações entre autoridades dos dois países, o projeto em apreço é de singular relevância tendo em vista os desafios de segurança marítima pelos quais passam os países do Golfo da Guiné, entre eles STP. A pirataria internacional e o contrabando são problemas reais a serem enfrentados por um país que possui apenas uma Guarda Costeira precariamente equipada. Assim, a Marinha do Brasil tem notável papel a cumprir neste país (Leitão, 2016).

Nessa linha, o próprio Diretor de Defesa Nacional, Coronel (Ref.) Alfredo Marçal Lima, acrescentou que o acordo com o Brasil e com outros países, como EUA e Portugal, são relevantes para que o país possa explorar todas suas potencialidades, ressaltando suas particularidades e complementaridades. Adicionalmente, ele reiterou que, para a segurança e defesa do Atlântico Sul, o acordo de Brasil e São Tomé e Príncipe não é suficiente, sendo necessário firmar protocolos adicionais e novos entendimentos para a fiscalização e vigilância dessas águas jurisdicionais, em face dos crescentes riscos de ameaças transnacionais no Golfo da Guiné⁴¹.

⁴¹ Violante, 2017 - Entrevista Lima, Alfredo, 2016.



O Embaixador Leitão e o Diretor de Defesa Nacional, Alfredo Lima, acreditam que um projeto para incrementar a vigilância do Atlântico Sul, como o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SISGAAZ), iria ao encontro das necessidades da soberania marítima santomense. De acordo com Alfredo Lima:

[...] hoje STP confronta-se com um grande desafio, que é a segurança das suas águas nacionais. Razão pela qual tem vindo a desenvolver esforços próprios e junto a parceiros bilaterais e multilaterais, visando garantir a segurança da navegação, a proteção dos recursos vivos e não vivos que concorrem para o desenvolvimento do país e a segurança global (Violante, 2017 - Entrevista Lima, Alfredo, 2016).

Leitão complementa:

A criação/implantação de um sistema de vigilância marítima, baseado nos fundamentos da consciência situacional marítima, nos moldes do SISGAAZ, é objetivo de qualquer Estado costeiro, e São e Príncipe está consciente de suas atribuições na gerência das águas sob sua jurisdição (Violante, 2017 - Entrevista Leitão, 2016).

Essas ideias permanecem atuais. O SisGAAZ é um projeto estratégico que pode atender não apenas os interesses do Brasil, mas, também, dos países da costa ocidental africana, como Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Desta forma, os radares estadunidenses na ilha de São Tomé, sob o controle do Departamento de Defesa estadunidense, ganharia uma alternativa de maior integração e menor ingerência nos assuntos internos santomenses. Ademais, este sistema pretende, em face de sua maior complexidade, ter um alcance maior, atendendo todo Atlântico.

Quanto aos gastos dessa arquitetura de defesa estabelecida, permanecem as opiniões destacadas nas análises acerca da cooperação do Brasil em defesa com Cabo Verde, sendo muito pequenas, comparativamente a países com nível de cooperação internacional para o desenvolvimento superior ao Brasil, como EUA, China e Portugal.

Considerações Finais e Perspetivas

Mesmo durante a fase de priorização de centros mais sofisticados de poder, sempre houve uma política africana do Brasil no Ministério das Relações Exteriores (MRE). Os PALOP e a CPLP fizeram parte das parcerias seletivas com a África, além da Nigéria, Namíbia e África do Sul, principalmente. Todavia, dentro da seletividade proposta, os Estados com maiores capacidades de poder foram mais beneficiados, em detrimento de outros importantes estrategicamente, como Cabo Verde, São Tomé e Príncipe (Violante, 2017).

Esses Estados da fronteira oriental Atlântica do Brasil angariaram grandes áreas marítimas sob jurisdição com a entrada em vigor da CNUDM. No entanto, eles necessitam de meios e capacitação para explorar racionalmente e proteger seus recursos vivos e não-vivos em suas ZEE, ZDC e PC, haja vista a presença de "novas ameaças" na região



do Golfo da Guiné e, por que não dizer, das tradicionais ameaças estatais, principalmente de potências extrarregionais.

A estratégia de defesa cabo-verdiana, por motivos políticos, econômicos e estratégicos, coaduna-se mais com os Estados europeus, sem, contudo, alinhar-se automaticamente ou incondicionalmente, o que possibilita a abertura de variadas frentes em suas relações bilaterais e multilaterais.

Mesmo a instabilidade política, presente ao longo da história de São Tomé e Príncipe, com a existência de 22 primeiros-ministros nas duas últimas décadas, não impediu ideologicamente o estreitamento e crescimento das relações bilaterais com o Brasil. Ambos os Estados possuem interesses políticos, estratégicos, comerciais e diplomáticos conjuntos.

Na área multilateral, houve interações importantes entre Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, principalmente na área de segurança marítima. Nesse contexto, destacaram-se reuniões com a Comissão do Golfo da Guiné, com a CEEAC, CEDEAO e o G-7, mais amigos do Golfo da Guiné. Nas últimas reuniões do G-7 mais amigos, foram propostas soluções para os ilícitos transnacionais na região, inclusive com a criação de um Centro Regional de Coordenação Marítima a ser construído, possivelmente, em Cabo Verde.

O Brasil buscou, nessas duas décadas (2001-2020), a complementaridade de relações ganha-ganha na cooperação em defesa com Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Foram combinados *soft* e *hard power* militar em ações de fortalecimento de suas guardas costeiras, para que elas próprias pudessem lhes prover, em um futuro não muito distante, suas defesa e segurança marítima sem maiores interferências ou dependências externas. A criação dos Grupos de Apoio Técnicos e dos Núcleos de Missão Naval em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, baseados na experiência bem sucedida da Namíbia (projeto bem menos custoso que outros realizados pelos EUA e China, por exemplo) formaram uma "arquitetura de defesa" importante para os Estados envolvidos. Tal projeto pode ser difundido, de forma mais inclusiva, por toda costa ocidental africana, caso esses Estados assim desejarem. Esses Núcleos ou Missões poderiam funcionar como *hubs* logísticos de defesa para treinamento de pessoal e fornecimento de meios militares a toda região.

A busca pela integração dos espaços marítimos, como por exemplo, em uma rede de sensores terrestres e marítimos, monitoramento aéreo e ambiental pode ser implementada a partir dessa arquitetura. Acordos de cooperação entre o Centro Integrado de Segurança Marítima (CISMAR) do Brasil e o COSMAR cabo-verdiano, por meio do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), quando implementado, proporcionará maior mobilidade estratégica de área e pronta resposta a desastres ambientais, controle de tráfego marítimo, além de respostas mais rápidas às ameaças à segurança marítima.

Ademais, a possibilidade de atuação mais assertiva do Brasil na região, por meio de solicitações para que o Brasil coopere em ações de vigilância e patrulha de suas águas jurisdicionais, poderá suscitar questões jurídicas internacionais. A opção de participação como Componente de uma Força Tarefa Marítima Multinacional, a pedido dos países da região e chancelada pela ONU, parece uma solução mais exequível, em médio prazo. No entanto, tal pleito, mesmo que aceito, demandará a elaboração de um arcabouço jurídico



interno, que legitime o uso do Poder Naval brasileiro, e externo, por meio da consecução de acordos de cooperação bilaterais e até mesmo multilaterais, mais específicos.

Sobre os investimentos da China e dos EUA no Golfo da Guiné, estes acabam por gerar ganhos e algumas cessões. As relações são benéficas ao serem compreendidos pelos Estados receptores como relações de ganho relativo. No entanto, tornam-se, também, controversas por concederem, por exemplo, o controle de boa parte de seus setores estratégicos e de infraestrutura portuária a esses países. Essas relações que imiscuem horizontalidade e verticalidade acabam derivando em relativa interdependência na região. Os EUA importam, atualmente, cerca de 30% das suas necessidades em petróleo de Estados do Golfo da Guiné. Já a China importa cerca de 40% de suas necessidades da região, além de outros insumos importantes para o desenvolvimento de sua economia em consistente ascensão.

Recentemente, desde 2019, Portugal vem desenvolvendo a ideia de criação de uma Organização Internacional ou de uma Agência, chamada "Atlantic Centre", a ser estabelecida nos Açores, para, principalmente, discutir temas afetos à segurança e defesa do Atlântico. Cabe ressaltar, no entanto, que, além do Brasil, este fórum abarcaria a presença de outros atores extrarregionais relevantes, como EUA, Espanha, França, Reino Unido etc.

O Brasil não pode dispensar possibilidades de acordos com atores detentores de maior vontade política, capacidade e recursos, pois estes estarão sempre presentes na região. A política externa portuguesa tem procurado atuar como uma ligação entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul. Portugal e Brasil são importantes atores e parceiros da cooperação em África. Suas propostas não se excluem mutuamente, pois não passam, necessariamente, pelo pertencimento a uma lusofonia ou brasilidade. Assim, uma possível elaboração combinada de uma estratégia de segurança marítima para a região, visando à integração e promoção do desenvolvimento sustentável dos oceanos, poderia passar pela CPLP, por ser um fórum que sempre buscou a cooperação entre os Estados partícipes. Dessas discussões, não podem ser esquecidos outros fóruns, como a UA, CEEAC, CEDEAO, G7 mais amigos do Golfo da Guiné, por suas importâncias políticas, econômicas e estratégicas na costa ocidental africana.

Referências

Abdenur, A. E., & Souza, D. M. D. (2014a). O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 57, 05-21.

Abdenur, A. E., & Neto, D. M. D. S. (2014b). O Atlântico Sul e a Cooperação em Defesa entre o Brasil e a África. *O Brasil E a Segurança No Seu Entorno Estratégico: América Do Sul E Atlântico Sul*, 215-238.

Davidson, B. (1988). *As ilhas afortunadas: um estudo sobre a África em transformação*. Caminho.

Foy, Colm (1998). *Cape Verde: politics, economics and society*. London: Pinter.



International Crisis Group (ICG) (2012). *The Gulf of Guinea: The New Danger Zone*. Bruxelas. Disponível em: <<https://www.crisisgroup.org/africa/west-africa/guinea/gulf-guinea-new-danger-zone>>. Acesso em: 24 mar. 2020.

Iva e Furtado, C. C. (Coord.) (2007). *Atelier Nacional sobre os Estados-Nações e o Desafio de Integração Regional da África do Oeste: O Caso de Cabo Verde. Relatório Final*. Fundação Amílcar Cabral. Praia: Gráfica da Praia.

Nascimento, A. (2013). As fronteiras da nação e das raças em São Tomé e Príncipe: São-tomenses, Europeus e Angolas nos primeiros decênios de Novecentos. *Varia Historia*, 29, 721-743. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v29n51/v29n51a05.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

Nascimento, A. (2011). São Tomé e Príncipe e os desafios da segurança marítima no Golfo da Guiné. *Revista Nação e Defesa*. Disponível em: <<http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD128.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

Nascimento, A. (2010). São Tomé e Príncipe na idade adulta: a governação e o descaso da rua. *Repositório do IPEA*. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6201/1/RTM_v2_n2_S%C3%A3o_Tome.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2016.

Neves, C. A. D. N., & Ceita, M. N. D. (2004). *História de S. Tomé e Príncipe. Breve Síntese. São Tomé*.

Rizzi, K. R. (2012). *O grande Brasil e os pequenos PALOP: a política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (1974/2010)*. (Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da UFRGS.) Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54081/000851129.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25 abr. 2020.

Sanguin, A. L. (2014). São Tomé e Príncipe, as ilhas do meio do mundo: avaliação crítica sobre sua geografia política. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia*, (20). Disponível em: <<http://confins.revues.org/9018>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

Seibert, G., Marques, F., Dourado, A. M., de Deus Lima, M. D. C., & Araújo, A. (2002). *Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*.

Seibert, G. (2008). São Tomé and Príncipe: the troubles of oil in an aid-dependent micro-state. *Extractive Economies and Conflicts in the Global South: Multi-regional Perspectives on Rentier Politics*. Aldershot: Ashgate, 119-134.

Seibert, G. (2014). Crioulização em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: divergências históricas e identitárias. *Afro-Ásia*, 41-70.

Tolentino, J. (2016). *Tempos de incERTEZAS*. Praia: Manuel Barbosa e Filhos Editora, 2016.

Violante, A. R. (2017). *Política Externa, Política de Defesa e Cooperação Sul-Sul como Grande Estratégia na África Ocidental: Um Estudo de Caso em Cabo Verde e São Tomé*



e Príncipe. (Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos), Universidade Federal Fluminense (UFF), 366p.

Violante, A. R., Marroni, E. V., & Maia, A. V. (2020). Reflexões sobre guerra hegemônica na atualidade: China e Estados Unidos da América. *Revista Geosul*, 35(77), 531-552. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/73966>>. Acesso em: 21fev.2020.

Zucatto, G. E., & Baptista, M. (2014). Pirataria no Golfo da Guiné. *UFRGS Model United Nations*, 2, 531-565. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/ufrgsmun/2014/files/ZOP2.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2020.

Entrevistas

Alfredo Marçal Lima, Coronel (Ref.), Diretor de Política Nacional de Defesa de São Tomé e Príncipe. Questionário sobre a avaliação da arquitetura de defesa instalada no país e outros afins. Respondido em: 10/08/2016.

José Carlos de Araújo Leitão, Embaixador do Brasil em São Tomé e Príncipe de abril/2011 a nov/2016. Questionário respondido em: 11/08/2016.

Lassaete Neto, Assessora do Diretor de Política Nacional de Defesa de São Tomé e Príncipe, em 2016. Entrevista por *e-mail*, gravada. 5 min.

Luiz Fernando Da Cunha, Capitão de Mar e Guerra, Adido de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutico do Brasil em Cabo Verde. Questionário geral sobre a cooperação Brasil-Cabo Verde. Respondido em: 16/06/2016.

Paulo Jorge Brito Lopes, Tenente Coronel, Diretor Nacional da Defesa de Cabo Verde, questionário específico sobre CTPD, principalmente na área de defesa. Questionário respondido em: 07/12/2016.

Documentos Oficiais

I série n.42. (2013) Diário Oficial de Cabo Verde

Leitão, J. C. A. (2016). *Relatório de Gestão da Embaixada do Brasil em São Tomé e Príncipe* (2012-2016). Disponível em: <www.senado.leg.br/atividade/materia/getTexto.asp?t=190568>. Acesso em: 21 dez. 2020.

Portaria Nº 444/MB do Ministério da Defesa (2013). Diário Oficial da União nº 155.

Portaria Nº 533/MB do Ministério da Defesa (2014). Diário Oficial da União nº 218

Telegramas de Brasemb Praia para Sere: 28/01/2006, 26/11/2009, 17/02/2010, 30/04/2010, 04/06/2010, 21/07/2010.

Telegrama de Brasemb São Tomé para Sere:14/11/2003.



Notícias e afins em sítios da internet

Antonio Miranda (2008). Poema Você Brasil. Disponível em: <http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_africana/cabo_verde/jorge_barbosa.htm> . Acesso em: 26 mai. 2020.

Antonio Miranda (2010) Poema do livro "Aromas de Cajamanga", organizado por Floriano Martins. Disponível em: <http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_africana/s_tome_principe/olinda_beja.html>. Acesso em: 29 jun.2016.

Batista R. (2015). Chineses constroem porto de águas profundas em STP. *Construir*. Disponível em: <<http://www.construir.pt/2015/10/13/chineses-constroem-porto-de-aguas-profundas-em-sao-tome-e-principe/>>. Acesso em: 29 jul.2016.

Brasil Soberano e Livre (2014). Cabo Verde e EUA assinam acordos. Disponível em: <<http://brasilsoberanoelivre.blogspot.com.br/2014/03/cabo-verde-e-eua-assinam-acordos-de.html>>. Acesso em: 28 jun.2018.

Cabo Verde e China são altamente profícuas. Disponível em: <<http://inforpress.publ.cv/cooperacao/126456-as-relacoes-entre-cabo-verde-e-china-sao-altamente-proficuas-ministro-jorge-tolentino>>. Acesso em: 28 jun.2020.

Expresso das Ilhas (2016). Cabo Verde pode acolher Centro de Coordenação Marítima do Golfo da Guiné. Disponível em: <<http://www.expressodasilhas.sapo.cv/politica/item/51160-cabo-verde-pode-acolher-centro-de-coordenacao-maritima-do-golfo-da-guine>>. Acesso em: 04 dez.2020.

Governo de Cabo Verde (2015). São Tomé quer apoio de Cabo Verde para maior aproximação à CEDEAO. *Página do governo cabo-verdiano*. Disponível em: <<http://www.governo.cv/index.php/rss/6358-sao-tome-quer-apoio-de-cabo-verde-para-maior-aproximacao-a-cedeao>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

Macauhub (2014). Portugal e Cabo Verde assinam 11 acordos de cooperação. Disponível em: <<http://www.macauhub.com.mo/pt/2014/12/18/portugal-e-cabo-verde-assinam-11-acordos-de-cooperacao>>. Acesso em: 28 jun.2016.

Macauhub (2015). Taiwan assina novo programa de cooperação com STP. Disponível em: <<http://www.macauhub.com.mo/pt/2015/04/24/taiwan-assina-novo-programa-de-cooperacao-com-sao-tome-e-principe/>>

Portal de Angola (2014). Angola e São Tomé e Príncipe rubricam acordos de cooperação no domínio da segurança. Disponível em: http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2014/5/26/Angola-Sao-Tome-Principe-rubricam-acordos-cooperacao-dominio-seguranca,d5f9eaac-a7cc-4d93-bdf6-7bb4dee04fc5.html. Acesso em: 20 jul.2016.

Portugal Digital (2016). Cabo Verde prepara adesão aos protocolos de segurança e defesa. Disponível em: <http://www.portugaldigital.com.br/lusofonia/ver/20104583-cabo-verde-prepara-adesao-aos-protocolos-de-seguranca-e-defesa-da-ua-e-da-cedeao> Acesso em 25 ago.2020.



RFI (2016). Cabo Verde e São Tomé reforçam cooperação. *Vozes do Mundo-RFI-Português*. Disponível em: <<http://pt.rfi.fr/cabo-verde/20160222-cabo-verde-e-sao-tome-reforcam-cooperacao>>. Acesso em 02 set. 2019.

São Tomé e Príncipe e Portugal renovam acordo de cooperação no domínio da defesa. Disponível em: <<http://www.panapress.com/Sao-Tome-e-Principe-e-Portugal-renovam-acordo-de-cooperacao-no-dominio-da-defesa---3-630428658-47-lang4-index.html>>. Acesso em: 20 jul.2016.

Viegas, P. (2016). 19 anos depois, São Tomé troca Taiwan pela China – *site*. Taipé. Recusou dar 100 Milhões de dólares em ajuda. Pequim aplaude ruptura que deixa ilha rebelde só com 21 aliados diplomáticos. *Diário de Notícias*. Disponível em: <<http://www.dn.pt/mundo/interior/19-anos-depois-sao-tome-troca-taiwan-pela-china-5565650.html>>. Acesso em: 26 dez. 2016.